

PORTARIA Nº 0755/2021 DE 05 DE JULHO DE 2021

EMENTA: *DISPÕE SOBRE O RECADASTRAMENTO DOS MEMBROS E SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS, BEM COMO PENSIONISTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, DE ACORDO COM AS DIRETRIZES FIXADAS PELO DECRETO FEDERAL N.º 8.373/2014 (E-SOCIAL).*

A **PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 2º, inciso II, da LC n.º 109/2016 c/c o art. 82, incisos I, VII, XX, XXVIII e XXXVI e o art. 212 do Regimento Interno do TCM-PA (Ato 23), e;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização cadastral dos Membros e servidores ativos e inativos, para além dos pensionistas, em virtude do novo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – e-Social, instituído pelo Decreto Federal n.º 8.373/2014;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade da utilização da ferramenta e-Social por todos os órgãos públicos a partir de 2021, conforme Resolução do Comitê Diretivo do e-Social n.º CDES nº 5, de 02 de outubro de 2018, e alterações; Portaria Conjunta nº 76 de 22 de outubro de 2020

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do TCM-PA, o cadastramento obrigatório para Conselheiros, Conselheiros-Substitutos, servidores ativos e inativos, estagiários e pensionistas do TCM-PA, para o exercício de 2021.

§1º. Para fins do cadastramento previsto no *caput* deste artigo, impõe-se aos Membros e servidores ativos a entrega de cópia dos seguintes documentos:

- I** - RG,
- II** - CPF,
- III** - Título de Eleitor;
- IV** - Certidão de Nascimento ou Casamento;
- V** - Comprovante de instrução/formação;
- VI** - Comprovante de endereço; e



PORTARIA Nº 0755/2021 DE 05 DE JULHO DE 2021

VII - Certidão de Nascimento ou Casamento e CPF dos dependentes, quando for o caso.

§2º. Os servidores que exercem a função de Motorista deverão entregar, além dos documentos previstos no §1º deste artigo, cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação), no prazo de validade, bem como preencher, obrigatoriamente, o campo equivalente no sistema.

§3º. Os servidores que ocupam cargos que requeiram formação específica e/ou inscrição no órgão de classe correspondente (ex. CRM, CFO, CRN, CRC, CREA) deverão entregar, além dos documentos previstos no §1º deste artigo, cópia do respectivo comprovante e preencher o campo equivalente no sistema.

§4º. O recadastramento será realizado mediante senha pessoal, pelo próprio servidor, em sistema *web* a ser disponibilizado na intranet do Tribunal.

§5º. As cópias dos documentos obrigatórios estabelecidos neste artigo 1º deverão ser entregues à Chefia Imediata que irá remetê-los à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), via Memorando, em até 02 (dois) dias, após o encerramento do prazo fixado no inciso I, do art. 3º, desta Portaria.

Art. 2º. O recadastramento dos servidores inativos e pensionistas será realizado de forma presencial, diretamente na sede do TCM, na Diretoria de Gestão de Pessoas, com agendamento prévio através dos telefones: (91) 3210-7586/3210-7590/3210-7554.

§1º. Na data agendada para recadastramento, os servidores inativos deverão apresentar cópia dos seguintes documentos:

I - RG,

II - CPF,

III - Certidão de Nascimento ou Casamento;

IV - Comprovante de endereço; e

V - Certidão de Casamento/Divórcio (se houve)

VI - RG (ou certidão de nascimento) e CPF dos dependentes, quando for o caso.

§2º. Na data agendada para recadastramento, os pensionistas deverão apresentar cópia dos seguintes documentos:

I - RG,

II - CPF,

PORTARIA Nº 0755/2021 DE 05 DE JULHO DE 2021

IV - Comprovante de endereço; e

Art. 3º. O recadastramento será realizado nos seguintes períodos, conforme os procedimentos que serão previamente divulgados no Portal Eletrônico desta Corte de Contas:

I - 02 a 13.08.2021: para membros, servidores ativos (inclusive os cedidos) e estagiários;

II - 16 a 31.08.2021: para servidores inativos e pensionistas.

Art. 4º. O não recadastramento no período estabelecido nesta Portaria poderá acarretar a aplicabilidade das penalidades previstas no art. 183 e seguintes da Lei Estadual n.º 5.810/94, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º. Independentemente das penalidades culminadas no art. 183 da Lei Estadual n.º 5.810/94, os servidores que não tiverem procedido à atualização cadastral no prazo fixado ou apresentarem dados cadastrais inconsistentes poderão ter o pagamento de seus vencimentos/proventos/pensões suspensos, considerando a impossibilidade do envio de seus cadastros ao e-Social.

Art. 6º. Caberá à DGP gerir os processos de atualização dos dados cadastrais de servidores e às demais Diretorias e Chefias Imediatas zelar pelo cumprimento do disposto neste ato e nas demais normas pertinentes.

Art. 7º. Aplica-se o disposto neste ato a todos os estagiários que mantenham vínculo com este Tribunal.

Art. 8º. Os casos omissos serão deliberados pela Presidência deste Tribunal.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.


Conselheira **MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ**
Presidente